

**JOSÉ WELLINGTON BEZERRA DA COSTA NETO**

# **PROTAGONISMO JUDICIAL**

**Novo ativismo e teoria geral  
da função jurisdicional**



**SÃO PAULO – SP  
2017**

1115211

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129**

C874p Costa Neto, José Wellington Bezerra da  
1.ed. Protagonismo judicial: novo ativismo e teoria geral da  
função jurisdicional. - 1.ed. - São Paulo: Editora Leud,  
2017.  
504 p.; 16x23 cm. -

ISBN: 978-85-7456-336-7

1. Direito. 2. Magistrado - juiz. 3. Jurisprudência.  
4. Legislação. I. Título. CDD 340  
CDU 340.1

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito: magistrado 340

# SUMÁRIO

Dedicatória	5
Agradecimentos	7
Apresentação	9
Prefácio	17
Introdução	23

## CAPÍTULO I

<b>CRIATIVIDADE JUDICIAL DO DIREITO</b>	<b>31</b>
1. Escorço histórico	31
2. Sentido do papel interpretativo-criativo da atividade judicial	62
3. Espaços para a criação judicial do Direito	80
4. Ativismo judicial: introdução	95
5. Ativismo judicial nos sistemas de " <i>common law</i> " e " <i>civil law</i> "	101
6. Ainda o ativismo: causas; limites; campos propícios de atuação e considerações críticas. O problema do controle judicial de políticas públicas	117
7. Protagonismo judicial: introdução	133
8. Contrapontos	138
9. Protagonismo judicial: primeiros fundamentos	146
10. Paradigmas protagonistas	149
11. Proposta protagonista	161
12. Protagonismo judicial no novo processo civil brasileiro	169

## CAPÍTULO II

<b>PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE</b>	<b>181</b>
13. Introdução	181
14. Princípio da proporcionalidade e justiça material	184
15. Proporcionalidade e razoabilidade. Sub-elementos da proporcionalidade	191

## 20 Protagonismo Judicial

16. Proporcionalidade, devido processo legal e ponderação	196
17. Proporcionalidade, processo e função jurisdicional, nas doutrinas de <i>civil law</i> e <i>common law</i>	204
18. Princípio da proporcionalidade e tutelas de urgência. O problema da irreversibilidade do provimento antecipado	209
19. Princípio da proporcionalidade no campo probatório: admissibilidade das provas ilícitas no juízo cível	224
20. Casos práticos	235

## CAPÍTULO III

### DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL 241

21. Introdução	241
22. Discricionariedade judicial e conceitos jurídicos indeterminados	245
23. Discricionariedade judicial para além da hermenêutica	256
24. Discricionariedade administrativa e liberdade de investigação interpretativa crítica (ou discricionariedade) judicial	266
25. Limites à discricionariedade. Arbitrariedade judicial	270
26. Discricionariedade judicial e processo: tutela específica e poder geral de cautela	280

## CAPÍTULO IV

### JUDICIALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO 311

27. Introdução	311
28. Forma; formalismo e procedimento	318
29. Formalismo	323
30. Procedimento	327
31. Judicialização do procedimento. Notícia geral acerca dos procedimentos no novo Código de Processo Civil	332
32. Devido processo legal e adaptabilidade procedimental	336

33. Adaptabilidade procedimental: fundamento e padrões de compreensão	345
34. <i>Case management</i> : introdução	356
35. Principais mecanismos gerenciais	362
36. Judicialização do procedimento no Código de Processo Civil de 2015	377
37. Negócios jurídicos processuais no Código de Processo Civil de 2015	384

## CAPÍTULO V

### TUTELA JURISDICIONAL DIFERENCIADA 393

38. Introdução: aspectos históricos	393
39. Fundamentos teóricos	398
40. Expressões de especificidades da tutela. Classificações	408
41. Sumarização, procedimentos especiais e tutela ordinária	420
42. Fortalecimento dos poderes do juiz na execução	423

## CAPÍTULO VI

### MODELO CONSTITUCIONAL DE PROTAGONISMO

#### JUDICIAL 437

43. Introdução	437
44. Função judicial e Constituição	442
45. A função judicial no pós-positivismo	450
46. O modelo constitucional de protagonismo judicial	456
47. Teste de constitucionalidade do protagonismo judicial. Exemplos práticos	468

## CAPÍTULO VII

### CONCLUSÃO 479

Referências	483
-------------	-----